

## **O bairro Vila Mariana em Sinop-MT e as dinâmicas da segregação socioespacial**

*The Vila Mariana neighborhood in Sinop-MT and the dynamics of socio-spatial segregation*

**Carlos Henrique Umbelino da Silva**

Mestrando, UNEMAT, Brasil.  
carlos.silva1@unemat.br

**Judite de Azevedo do Carmo**

Professora Doutora, UNEMAT, Brasil.  
judite.carmo@unemat.br

**Vanessa Lima de Oliveira**

Mestranda, UNEMAT, Brasil.  
vanessa.lima.oliveir@unemat.br

**Ianka Fernanda Santos de Sá**

Acadêmica Geografia, UNEMAT, Brasil.  
ianca.fernanda@unemat.br

**Felipe Neres Ferreira**

Graduado Geografia, UNEMAT, Brasil.  
felipe.neres@unemat.br

## RESUMO

A produção do espaço urbano, em conformidade com a lógica capitalista, ocorre promovendo a desigualdade socioespacial, assim verifica-se nele relações conflituosas entre as classes sociais, cada uma defendendo seus interesses, consolidando espaços desiguais. Seguindo essa premissa, o estudo realizado teve como objetivo geral analisar como o processo de segregação socioespacial ocorre na cidade e os transtornos que ele causa à população segregada, tendo como espaço de análise o bairro Vila Mariana em Sinop (MT). Como objetivos específicos foram delineados os seguintes: verificar se o bairro pode ser considerado um espaço de segregação socioespacial; averiguar como se dá esse processo; analisar a contribuição da gestão pública nesse processo. Para alcançar os objetivos recorreu-se à pesquisa bibliográfica para fornecer a sustentação tanto teórica quanto metodológica; a pesquisa de campo para fazer os registros fotográficos e realizar a observação sistemática momento em que se utilizou de um roteiro pré-estabelecido para descrever as características físicas da área de estudo, assim como a observação direta extensiva que transcorreu-se por meio de preenchimento de formulário junto aos moradores do bairro para verificar as condições da habitação e de renda, situação de escolaridade, emprego e acesso aos principais serviços urbanos. As informações levantadas foram analisadas de forma global de maneira a não permitir a identificação dos respondentes. Os resultados da pesquisa demonstram condições precárias de habitação, a vulnerabilidade econômica e a insatisfação com os serviços públicos que, em conjunto, evidenciam a segregação socioespacial imposta ao bairro e pouca ação da gestão pública para reduzir esse processo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaço urbano. Desigualdades espaciais. Dinâmicas espaciais urbanas.

## ABSTRACT

*The production of urban space, in accordance with capitalist logic, occurs by promoting socio-spatial inequality. Within this context, conflicting relationships between social classes emerge, with each group defending its own interests, thus consolidating unequal spaces. Based on this premise, the general objective of this study was to analyze how the process of socio-spatial segregation takes place in the city and the disturbances it causes for the segregated population, focusing on the neighborhood of Vila Mariana in Sinop (Mato Grosso state, Brazil) as the area of analysis. The specific objectives were defined as follows: to verify whether the neighborhood can be considered a space of socio-spatial segregation; to investigate how this process unfolds; and to analyze the role of public administration in this process. To achieve these objectives, bibliographic research was used to provide both theoretical and methodological support; field research was conducted to take photographic records and carry out systematic observation, using a pre-established script to describe the physical characteristics of the study area, as well as extensive direct observation through the completion of questionnaires with neighborhood residents to assess housing and income conditions, level of education, employment status, and access to basic urban services. The collected information was analyzed in aggregate form to ensure the anonymity of respondents. The research findings reveal precarious housing conditions, economic vulnerability, and dissatisfaction with public services, all of which together demonstrate the socio-spatial segregation imposed on the neighborhood and the limited action of public administration to mitigate this process.*

**KEYWORDS:** Urban space. Spatial inequalities. Urban spatial dynamics.

## 1 INTRODUÇÃO

A segregação socioespacial é a temática abordada nesta pesquisa, sendo uma problemática, segundo Villaça (2003), tipicamente da urbanização das cidades, decorrente do sistema de dominação imposto por uma classe determinada à outra, podendo acontecer pelo viés político, religioso, ideológico e econômico. A principal forma de dominação manifesta-se por meio do mercado imobiliário, que está diretamente ligado ao viés econômico e de acordo com Corrêa (1989), esse mercado se constitui como agente produtor do espaço urbano, que estabelece a organização desse espaço, ou seja, o mercado imobiliário exerce o poder de segregar ou excluir determinados grupos sociais.

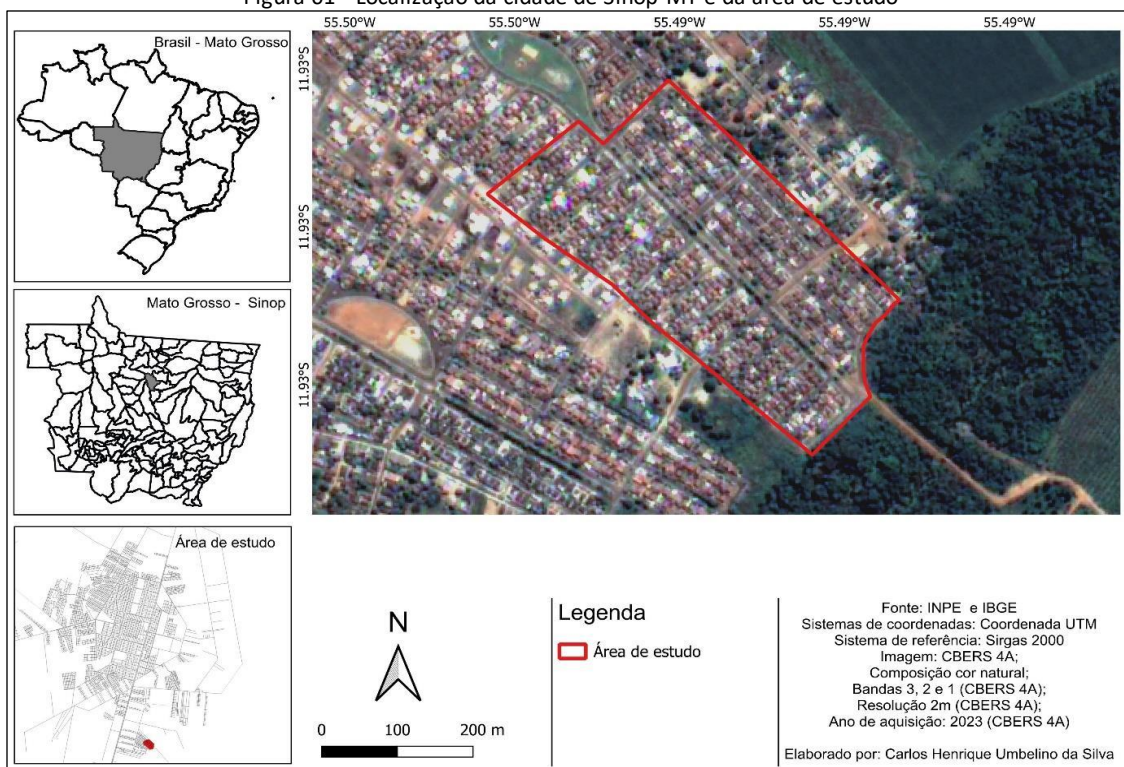
Em conformidade com a premissa de Smith (1988, p. 221), a desigualdade socioespacial no espaço urbano pode ser compreendida por meio de análise teórica da produção capitalista da natureza e do espaço, que promove diferença entre os espaços, sendo essa necessária à manutenção do sistema capitalista. O desenvolvimento desigual fica nítido no espaço urbano, principalmente entre centro e periferia, sendo o centro da cidade a localidade que mais recebe investimento e equipamentos urbanos, já a periferia em contrapartida é desassistida de infraestrutura básica, apresentando inúmeras precariedades.

Então, a produção do espaço urbano é desigual e para a compreensão dessa desigualdade é preciso considerar os processos históricos que contribuíram para a sua produção. Segundo Corrêa (1989), os detentores dos meios de produção são os principais responsáveis pela produção do espaço urbano, uma vez que seguindo a lógica capitalista a terra urbana é vista somente como valor de troca. Assim, conforme Pandolfo (2018), a produção do espaço urbano ocorre permeada por relações conflituosas entre aqueles que buscam lucrar e os que a buscam para a sua sobrevivência.

A partir dos apontamentos dos autores citados, o objetivo geral da pesquisa foi analisar como o processo de segregação socioespacial ocorre na cidade e os transtornos que ela causa à população segregada, tendo como enfoque para análise o bairro Vila Mariana em Sinop-MT (figura 01), delineando como objetivos específicos: verificar se o conjunto habitacional Vila Mariana pode ser considerado um espaço de segregação socioespacial em Sinop; averiguar como se dá este processo em Sinop; analisar a contribuição do Estado no processo de segregação socioespacial.

A pesquisa analisou as características sociais, econômicas e ambientais do bairro Vila Mariana, em Sinop-MT, com foco em aspectos como infraestrutura urbana, renda familiar, habitação, perfil dos moradores, qualidade dos serviços públicos e a localização do bairro em relação ao centro da cidade e aos principais serviços. Portanto, o estudo promove uma reflexão crítica sobre a segregação socioespacial e destaca o papel do Estado para solucionar ou minimizar as desigualdades no espaço urbano.

Figura 01 - Localização da cidade de Sinop-MT e da área de estudo



Fonte: Autoria Própria.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de quatro procedimentos metodológicos: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo, a observação sistemática e a observação direta extensiva, seguindo as orientações expressas em Lakatos e Marconi (2003). A pesquisa bibliográfica foi essencial para fundamentar o debate sobre a produção do espaço urbano, valorização imobiliária e segregação socioespacial, articulando esses conceitos com as características do bairro, levantadas por meio do processo de observação.

A observação sistemática seguiu um roteiro previamente elaborado e foi realizada para fazer o levantamento da infraestrutura urbana do bairro, como o padrão das moradias, o estado de conservação das ruas e de áreas de lazer e a presença de equipamentos públicos. A observação direta extensiva foi realizada utilizando formulário com questões fechadas e abertas, que eram lidas e dirigidas à população e as respostas obtidas eram anotadas pelo próprio pesquisador. Esta técnica foi utilizada para que pudesse alcançar até mesmo aquele residente com dificuldade de leitura e escrita, como explica Lakatos e Marconi (2003) e assim conseguiu-se obter a resposta de residentes de 240 domicílios.

As questões presentes no formulário abordaram temas como perfil socioeconômico das famílias, condições de moradia, acesso ao transporte público, nível de escolaridade e percepção dos moradores sobre o espaço onde vivem. As respostas foram sistematizadas e analisadas de forma global, impedindo a identificação dos respondentes.

A pesquisa de campo teve papel central na aproximação com a realidade cotidiana dos moradores, assim como para fazer o registro fotográfico da área e a escuta direta da comunidade, aliada à análise das imagens e das informações levantadas com a base teórica dos

autores consultados, possibilitou a construção de uma leitura crítica e contextualizada da produção do espaço urbano no bairro estudado.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conjunto habitacional do bairro Vila Mariana em Sinop/MT, foi implantado por intermédio do programa Minha Casa Minha Vida, criado pelo Governo Federal. Foram construídas 480 casas com investimento global de R\$18.626.400,00, conforme publicação de Amaral (2012) veiculada no *site* da prefeitura municipal de Sinop/MT. Embora o acesso à moradia para a população de baixa renda represente um avanço, a localização periférica do empreendimento, a carência da infraestrutura e dos equipamentos públicos revelam a debilidade desta política.

No processo de formação histórica da construção do espaço urbano do Brasil, Rubin e Bolfe (2014), destacam que, devido à expansão e crescimento das cidades, surgiu a necessidade de uma infraestrutura urbana que fosse de fato eficiente, porém a falta de recursos e investimentos acarretam sérios problemas, em especial para a população de baixa renda, o que consequentemente aumenta o número de moradias inadequadas.

Para Casilha e Casilha (2012), o processo de urbanização descontrolado, agrava o desenvolvimento urbano adequado, visto que o aumento da população exige simultaneamente uma maior oferta na infraestrutura e serviços essenciais, como saneamento básico e transporte público. A qualidade de vida nas cidades está diretamente ligada às questões de infraestrutura e moradia, quando o crescimento urbano não é acompanhado por esta oferta, as condições mínimas de habitação e bem-estar da sociedade ficam comprometidas.

Rubin e Bolfe (2014, p. 202), apontam que “ao longo da história de colonização do Brasil, o território foi se organizando de maneira distinta e espessa”. Santos (1993), destaca que a partir do século XVIII, a urbanização no Brasil começa a enfrentar desafios por causa da expansão das cidades e a demanda pela infraestrutura, tudo isso impulsionado pela migração da população rural para a área urbana.

Na década de 1930, o Brasil viveu um grande dinamismo econômico e populacional, devido ao ciclo do café. Rubin e Bolfe (2014), destacam que a crise mundial daquela década afetou o crescimento urbano, a substituição do trabalho escravo e o aumento da industrialização, favorecendo a migração da população que majoritariamente era rural para os centros urbanos. Santos (1993), discorre que, a taxa de urbanização do Brasil triplicou, passando de 10,7% para 31,24%, o que deixou evidente a incapacidade de absorver o crescimento populacional.

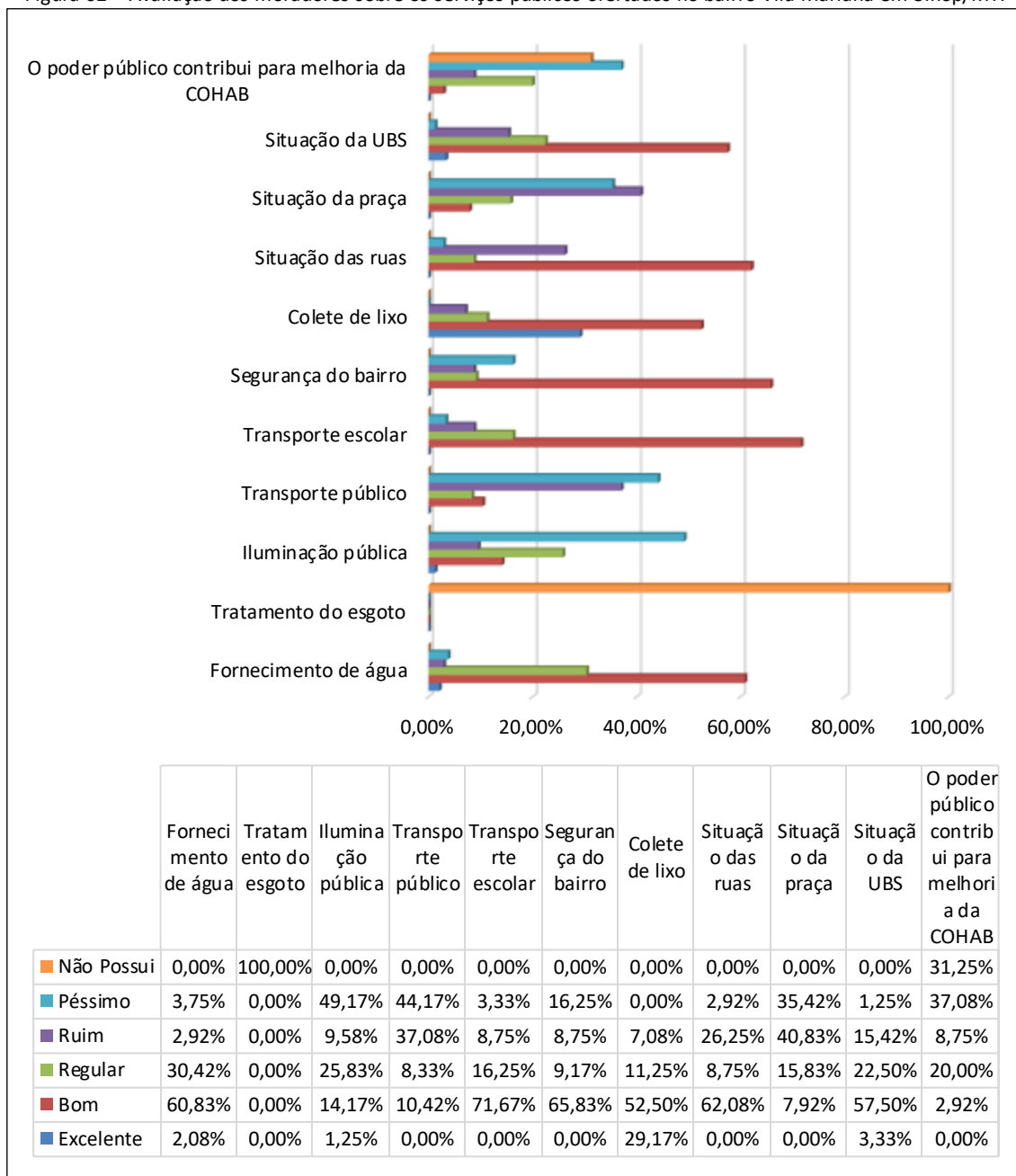
A crescente demanda por moradias levou a uma nova estrutura no mercado imobiliário, Rubin e Bolfe (2014), afirmam que inicialmente o setor imobiliário era dominado pela iniciativa privada, e a predominância das habitações eram as casas de aluguel. As políticas públicas habitacionais do Brasil, no decorrer do tempo, mostram a complexidade e os desafios que o Estado enfrenta na tentativa de garantir o direito à moradia. Desde o século XIX, até o presente, século XXI, pode-se observar avanços pontuais, porém foram grandes retrocessos que impactaram diretamente a organização do espaço urbano e consequentemente aumentaram a segregação socioespacial.

Villaça (2001), discorre que a segregação socioespacial das cidades brasileiras, não é somente uma consequência involuntária do processo de urbanização, porém uma estratégia

funcional do capital, que valoriza determinadas áreas em detrimento de outras. Desse modo a produção do espaço urbano torna-se seletiva, além de excludente, tornando-o desigual. Esta lógica segue mantida, mesmo quando o Estado investe em habitação popular, como nos Programas Federais iniciados a partir dos anos 2000, cujos empreendimentos majoritariamente foram implantados em áreas periféricas, com pouca infraestrutura e serviços públicos escassos.

Santos (1996) ao refletir sobre a organização do espaço urbano afirma que morar na periferia significa condenar-se duas vezes a pobreza; uma, pela pobreza gerada pelo modelo econômico do mercado de trabalho e a divisão das classes sociais; a segunda, pela pobreza gerada pelo modelo territorial, ou seja, pelo espaço ocupado pela população. De acordo com a localização da moradia, é possível dizer quem é mais ou menos pobre. Por meio dessa perspectiva pode-se compreender que a localização já impõe obstáculos para o cidadão, e isto de fato reforça os ciclos da exclusão social. Em Sinop/MT os resultados não se mostraram divergentes das características segregacionistas evidenciadas pelos autores mencionados neste estudo, veja a figura 02.

Figura 02 – Avaliação dos moradores sobre os serviços públicos ofertados no bairro Vila Mariana em Sinop/MT.



Fonte: Pesquisa direta, 2023, organizada pelos autores.

Ao analisar os dados coletados, fica evidente a precariedade e ausência de uma gestão pública mais efetiva no bairro. Ao tomar como exemplo o tratamento de esgoto, 100% dos questionados afirmam não existir esse serviço. Semelhantemente quando se trata da iluminação e o transporte público, ambos obtiveram avaliações predominantes como péssimo e ruim. Quando se trata do transporte escolar o cenário é outro, pois 71,67% consideram como bom, porém em contraste com a situação da praça do bairro 40,83% avaliaram como ruim, resultado esse que indica a necessidade de melhorias. Sobre a percepção se o poder público contribui para melhoria do bairro, somando as avaliações não possui e péssimo totalizam 68,25%, o que sinaliza a descrença de parte dos participantes deste estudo quanto a contribuição de políticas públicas para melhorias no bairro.

No levantamento das informações por intermédio de pesquisa de campo, quando se procedeu a observação, notou-se que as moradias do bairro Vila Mariana em Sinop/MT, de forma majoritária, apresentam adaptações e parte delas está em fase de ampliação. Nas ruas foi observada a presença de lixo orgânico e inorgânico como sacolas plásticas, na praça do bairro foram encontrados materiais de descarte fármacos hospitalares, restos de alimentos vegetais e industrializados, e em frente algumas residências o passeio público sendo utilizado como depósito de restos de materiais de construção e galhos de árvores.

O espaço de lazer, que é a praça do bairro, não contém arborização nem quadras de esportes cobertas, Cassilha e Cassilha (2012, p.118), discorrem que a padronização urbanística pode proporcionar a qualidade de vida aos seus moradores “isso significa que o desenho urbano influencia diretamente a vida na cidade, em sua visão estética, como articulação de diversas funções, ou apenas como prazer e investimento”. Foi observado que o uso da terra no bairro em geral é para habitação, com incidência de poucos comércios, em especial na avenida principal, com presença de barbearia, sorveteria e mercearias.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa foram realizadas várias visitas ao bairro e assim foi possível observar algumas melhorias, como por exemplo a biblioteca *container* que foi inaugurada no bairro, no ano de 2023 veja figura 03, além de algumas melhorias como pintura das sinalizações de trânsito, como por exemplo, a faixa de pedestre e canteiros. Entretanto, é necessária uma análise crítica do bairro, pois desde a entrega das casas ocorrida no ano de 2012 até meados de 2022 não foram investidos nenhum tipo de recurso visando melhorias no bairro.

Figura 03 – Biblioteca *Container*



Fonte: Foto de Carlos Henrique Umbelino da Silva, 2022

Na pesquisa *in loco* com auxílio de formulário, foi possível detectar características sociais e ambientais que evidenciam a segregação. A maioria dos participantes não concluíram o ensino fundamental, trabalham em locais distantes e precisam deslocar mais de 8 km até o trabalho, assim como as crianças também precisam se deslocar distâncias consideráveis para frequentarem à escola, pois no bairro não há Unidade Educacional, a iluminação pública e o transporte público no bairro foram considerados pelos moradores como péssimos.

Sobre a questão da escolaridade, Gouveia e Silva (2015, p. 751), destacam sobre as dívidas sociais que se manifestam com a necessidade de os jovens ingressarem no mercado de trabalho de forma precoce, para contribuir com a renda e o sustento familiar. Soma-se a isso as

dívidas pedagógicas, o afastamento dos estudantes das escolas, provocado pelo processo educacional que se mostra excludente, discriminatório e incapaz de envolver o indivíduo de modo que ele perceba que faz parte do processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Bello e Britto (2024), no ano de 2023 o Brasil tinha 48,5 milhões de pessoas de 15 a 29 anos de idade, jovens de 15 a 19 anos de idade, desses 19,8% não estavam ocupados nem estudando, sendo 14,2% homens e 25,6% mulheres. Neste mesmo grupo etário, 9 milhões não completaram o ensino médio, por terem abandonado a escola ou nunca terem frequentado. Para 53,4% dos homens, o principal motivo de deixar a escola foi a necessidade de trabalhar, já para mulheres 25,5% pela mesma necessidade de trabalho e 23,1% por motivo de gravidez. O maior percentual de abandono escolar, ocorreu na faixa dos 15 anos de idade, sendo a fase em geral, a idade de entrada no ensino médio.

Esses dados são preocupantes, e revelam a realidade da juventude brasileira, especialmente no que se refere a permanência desses alunos na escola. Isso indica uma vulnerabilidade social significativa, que reflete as falhas do sistema educacional e das políticas públicas. O fato de que as mulheres representam a maioria desse grupo, evidencia a desigualdade de gênero, a saúde associada a sobrecarga das tarefas domésticas, a gravidez precoce e a falta de suporte estatal.

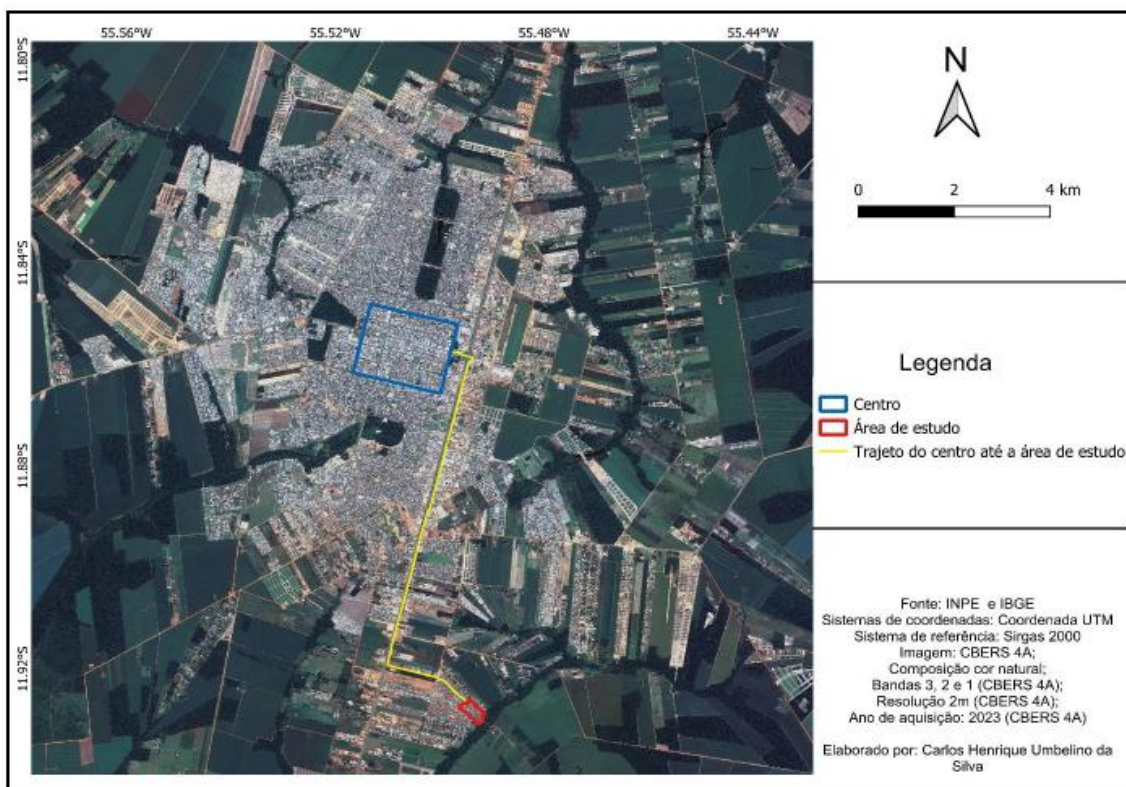
Os fatores da escolaridade podem se repetir atualmente caso não haja uma mudança, pois, as famílias que residem no bairro Vila Mariana, em geral não são de classe social elevada, isso pode-se evidenciar pelo fato de quem conseguiu as habitações no bairro, necessitam comprovar rendimento familiar que caracteriza o estado de vulnerabilidade social, onde que por sua vez, conforme veiculado no *site* do Ministério das Cidades do Governo Federal (2023), atualmente quem pode ter acesso às moradias populares do programa Minha Casa Minha Vida, são as famílias que se enquadram em três faixas de renda, sendo a primeira faixa podendo chegar até R\$2.640,00, já a segunda faixa de R\$2.640,01 até 4.400,00 e finalizando com a terceira faixa R\$4.400,01 até R\$8.000,00, onde que, a prioridade é atender as famílias da primeira faixa.

Ciente disso, é notório que as problemáticas do passado, que impediu os estudos dos pais, hipoteticamente podem replicar na vida dos filhos na atualidade. A relação da vulnerabilidade social e escolaridade é um dos principais elementos para compreender a reprodução da desigualdade no espaço urbano, sendo que esse contexto cria um cenário propício para a perpetuação dos padrões de exclusão.

Em contrapartida o transporte escolar ganhou destaque pela eficiência, a segurança do bairro foi considerada pelos moradores como boa, bem como a coleta de lixo e as ruas, já a praça foi considerada ruim, o atendimento na unidade básica de saúde por mais que o bairro não tenha, dessa forma sendo necessário deslocar-se até o bairro vizinho, por nome de Sabrina, foi tido como bom. Em geral, conforme o levantamento, os moradores não sentem que o poder público contribui para melhorias no bairro.

Com essa breve reflexão dos resultados obtidos por meio da pesquisa empreendida no bairro, pode-se afirmar que é de responsabilidade do Estado, neste caso a Prefeitura Municipal, a decisão da criação do bairro na atual localidade, sendo que ela está distante do centro da cidade, veja a figura 04.

Figura 04 – Localização da área de estudo e o centro urbano de Sinop/MT



Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme Maricato, é do Estado “[...] o controle do fundo público para investimentos, e cabe a ele, sob a forma de poder local, a regulamentação e o controle sobre o uso e ocupação do solo (seguindo, hipoteticamente, planos e leis aprovados nos parlamentos)” (Maricato, 2015, p. 25).

Deste modo torna-se evidente o papel do Estado no processo de segregação socioespacial por meio da adoção de estratégias de localização que acabam contribuindo para a segregação da população em vulnerabilidade econômica em áreas distantes do núcleo central da cidade. Corrêa (1989), destaca que essa ação não ocorre de maneira neutra, orientada por princípios de equilíbrio da sociedade, econômico ou espacial; pelo contrário, ela acontece por conflitos entre os distintos grupos que compõem as classes sociais, sendo frequentemente regidas por alianças que tem por objetivos favorecer determinados grupos em detrimento de outros.

Vale ressaltar que a distância do local de trabalho, das residências em relação ao núcleo central da cidade, o poder aquisitivo das famílias, somados a precariedade do transporte público, comprometem de forma significativa a qualidade de vida dos moradores. Foi observado na pesquisa de campo que a distância aproximada é cerca de 10 km entre o centro urbano e o bairro, e que não houve investimentos por parte do poder público para as questões de logística e infraestrutura do bairro, o qual intensifica a dificuldade da mobilidade urbana e o acesso pleno à cidade, bem como aos serviços essenciais.

Medeiros (2013), aponta que esta característica de implantação dos conjuntos habitacionais em áreas distantes do centro urbano da cidade, não apenas impõe a população de menor poder aquisitivo habitações de baixa acessibilidade, mas também contribui para

expansão do espaço urbano com grandes vazios urbanos, fomentando a especulação imobiliária.

O processo de especulação imobiliária e da geração desses vazios pode ser observado na figura (4, página anterior), são visíveis diversos espaços ociosos que poderiam ser utilizados para a construção de moradias populares, de modo a ficar mais próximo do centro da cidade, reduzindo significativamente os custos de deslocamentos para os moradores. Além disso a expansão urbana aconteceria de modo mais racional e menos onerosa ao poder público, pois haveria desse modo a continuidade física para a expansão da rede de infraestrutura como saneamento básico, transporte coletivo, energia elétrica, dentre outros, tornando os serviços essenciais mais acessíveis e eficientes.

Conforme Maricato (2015), existe uma singularidade nos espaços urbanos, cada pedaço do território é único, desse modo a localização dentro da cidade não pode ser tratada de forma neutra ou indiferente, justamente pelo fato que ela influencia diretamente as oportunidades e a vida dos moradores que a possui, sendo que “não há um trecho ou terreno igual a outro, e sua localização não é reproduzível” (Maricato, 2015 p. 23).

Maricato (2015), afirma que o espaço urbano é tratado como mercadoria e os interesses do mercado imobiliário sempre estão acima das necessidades reais da população. Dentro dessa lógica compreende-se que a cidade não é planejada para atender a necessidade de moradia, e sim como uma oportunidade de comercialização com objetivos lucrativos, onde “a cidade é um grande negócio e a renda imobiliária, seu motor central” (Maricato, 2015, p. 23).

Para Salgueiro (1998), a segregação ocorre por meio da oposição entre o centro e a periferia, e dentro desta última há a distinção de dois eixos de expansão urbana e territórios intercalares. Essa configuração reflete a história do desenvolvimento urbano, o envelhecimento das estruturas urbanas e os fenômenos de inércia que condicionam a organização do espaço. Desse modo, a segregação ocorre a partir da separação de diferentes áreas do território urbano, e pode estar ligado aos aspectos históricos, culturais e econômicos.

É notório que a distância entre as habitações e o núcleo central da cidade geram custos adicionais, podendo ser de tempo de deslocamento, bem como o custo de transporte, nesse sentido evidencia-se mais uma forma de manifestação da segregação, a geográfica. O bairro em questão está localizado em uma área significativamente afastada do centro urbano, desse modo permanecendo na periferia física, social e econômica da cidade.

Maricato (2015), aponta a existência de um fenômeno como um verdadeiro furacão imobiliário, que transforma bairros residenciais e também as periferias mais distantes dos centros das cidades, esse fenômeno é impulsionado pelo programa Minha Casa Minha Vida. Apesar da sua importância para o déficit habitacional, o Programa tem deslocado famílias e a população de baixa renda para além dos antigos limites urbanos, evidenciando a ausência de regulação fundiária e imobiliária por parte dos municípios. Nesse cenário a especulação imobiliária avança sem nenhum obstáculo, onde por muitas vezes é amparada por políticas públicas que erroneamente associam a valorização fundiária ao progresso urbano.

Outro ponto relevante, diz respeito à segurança pública, no levantamento das informações constatou-se que a população se sente segura, porém em observação de campo foi possível identificar espalhados pelo bairro, em muros, pontos de ônibus, comércios, dentre outros locais, várias pichações com as iniciais de grupos que atuam as margens da lei, depredação da iluminação pública e dentre outras características e práticas desse segmento.

Isso permite perceber uma influência significativa na forma como os moradores avaliam sua sensação de segurança. A simples presença do patrulhamento oficial não é, necessariamente, o motivo pelo qual afirmam se sentir seguros. Em muitos casos, essa percepção está relacionada à atuação desses grupos que exercem controle paralelo na comunidade, impondo regras e coagindo os residentes. O temor de represálias leva a população a evitar confrontos com esses grupos, o que pode resultar em uma falsa sensação de segurança. Assim, conclui-se que a segurança pública não está presente no bairro com a intensidade necessária.

Sobre os grupos organizados é possível compreender, conforme a análise de Gomes e Cervini (1997), que o crime organizado apresenta uma configuração complexa e multifacetada, tendo característica transnacional, pois não respeita fronteiras e tem traços semelhantes em diferentes países. Nesse sentido torna-se mais evidente a vulnerabilidade do bairro em estudo, pois a atuação de grupos organizados impõe normas em substituição à presença efetiva do Estado. Conforme descrito por Gomes e Cervini (1997), a capacidade que esses grupos têm de infiltrar e dominar as realidades marcadas pela fragilidade social e econômica, vai ao encontro do que foi observado no bairro Vila Mariana.

É importante frisar que nos dias em que foi realizada a pesquisa de campo, não foi observada a presença de patrulhamento da polícia, em rondas preventivas ou outro tipo de policiamento no bairro, o que de certa forma afirma a ausência da segurança pública em áreas periféricas, a ineficiência do Estado no controle de práticas desse segmento.

Em Sinop/MT, especialmente se tratando do bairro Vila Mariana, o modelo urbano vigente propôs afastar a população de baixa renda do centro comercial e econômico urbano, sendo a renda um dos principais fatores de exclusão. Neste contexto, o Estado tem um papel fundamental na lógica segregacionista, amíu de agindo com inércia frente às demandas sociais, e ao mesmo tempo favorecendo de forma célere os interesses do setor privado e o mercado imobiliário. Esse modo de atuação fomenta a especulação imobiliária, por meio das formações de grandes vazios urbanos, intensificando a segregação socioespacial. Como consequência muitos moradores do bairro demonstraram descrença quanto a atuação do poder público na melhoria da infraestrutura local.

Santos (1994), faz uma contribuição significativa no debate sobre o Estado na produção do espaço urbano. De acordo com o autor o Estado (Prefeitura Municipal) é responsável pelo planejamento e gestão da cidade, assim “intervém, direta ou indiretamente nas relações de trabalho, estimula de forma seletiva e frequentemente discriminatória as diversas atividades” ao passo que “estabelece os usos do solo, impondo regalias e interdições” (Santos, 1994, p. 126). Para o autor, cada parcela do território urbano pode ser valorizada ou desvalorizada, considerando que isto se trata de um jogo de poder, tendo o consentimento do Estado ou até mesmo sendo praticado por ele.

Diante disso conclui-se que as atuais políticas habitacionais, que de certa forma ampliam as condições de moradia para os munícipes que se encontram em situação de baixa renda, acarretam em segregação socioespacial. No caso do bairro Vila Mariana em Sinop/MT, a localização periférica sendo distante do centro urbano, as deficiências em infraestrutura, a ausência de investimentos contínuos, deixam evidente a fragilidade desse tipo de política. A falta de planejamento urbano e a especulação imobiliária ampliam os vazios urbanos, por outro

lado os grupos organizados em substituição à efetiva atuação do Estado, contribui com o agravamento da sensação de insegurança entre os moradores.

Portanto a habitação de programas populares, quando não é pensada juntamente com projetos de mobilidade urbana, segurança pública e serviços, condiciona a perpetuação das desigualdades e limita o direito à cidade, exigindo dessa forma a necessidade de pensar em práticas e investimentos públicos que contemplem toda a população.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada possibilitou identificar as condições precárias de habitação, a vulnerabilidade econômica e a insatisfação com os serviços públicos que, em conjunto, evidenciam a segregação socioespacial imposta ao bairro analisado. Uma significativa parcela da população do bairro vive com rendimentos que não ultrapassam dois salários mínimos, refletindo uma realidade de vulnerabilidade econômica que limita o acesso a melhores oportunidades e serviços, a análise dos dados coletados indicou também que a maioria dos moradores não possui empregos estáveis, o que gera a dependência de auxílios do Estado, como o bolsa família, auxílio gás, entre outros benefícios. Essa dependência de benefícios sociais do governo revela a precariedade das condições de vida da população e a fragilidade do sistema econômico, que deixa parcela da população marginalizada, enfatizando a necessidade urgente de políticas públicas mais efetivas.

Além da questão econômica, a pesquisa também destacou a distância geográfica do bairro em relação ao centro da cidade, o que resulta em um acesso limitado a serviços essenciais, como educação, saúde e transporte. A avaliação negativa sobre o transporte público no bairro é um reflexo da falta de investimentos em infraestrutura, que perpetua a exclusão social e a marginalização da comunidade, a ausência de sinalização adequada nas ruas e a falta de manutenção na coleta de lixo e na iluminação pública são fatores que contribuem para um ambiente de insegurança e insatisfação, reforçando a segregação socioespacial.

Por outro lado, a recente inauguração de serviços como a biblioteca *Container* e a sinalização das ruas, embora positiva, ainda é insuficiente para atender as demandas da comunidade. A percepção de abandono pelo poder público, somada a presença de grupos criminosos organizados, revela um cenário de controle social que limita a liberdade e a qualidade de vida dos moradores. Assim, é fundamental que o Estado assuma um papel mais ativo e comprometido na promoção de melhorias e na garantia de direitos básicos para essa população.

Portanto, este estudo não apenas contribui para a compreensão da segregação socioespacial na cidade de Sinop-MT, mas também serve como um alerta para a importância de uma abordagem integrada nas políticas públicas, sendo necessário um investimento significativo em infraestrutura, educação e segurança, além da promoção de ações que visem a inclusão social e a valorização dos moradores do bairro. Não basta apenas ter a oferta de moradias para a população de baixa renda, é fundamental garantir o acesso à cidade.

A pesquisa evidenciou a necessidade urgente de melhorias que só poderão ser efetivadas por meio de políticas públicas específicas, como: aperfeiçoamento da mobilidade urbana e do transporte público, ampliação e qualificação dos espaços de lazer, implantação do sistema de esgoto sanitário, melhorias na iluminação e reforço da segurança pública.

Recomenda-se a adoção de instrumentos voltados à urbanização, por meio de parcerias entre setor público, a iniciativa privada e a comunidade. Essas ações também podem ser viabilizadas por exigências legais que estabeleçam contrapartidas do setor privado, como forma de compensação à comunidade. Entre essas medidas, destacam-se: a doação de terrenos para a implantação de equipamentos públicos (escolas, praças, quadras esportivas e áreas verdes), investimentos em drenagem, esgotamento sanitário, sinalização viária e projetos de paisagismo. Essas iniciativas têm o potencial de reduzir significativamente as desigualdades no espaço urbano, promovendo maior equidade no acesso aos benefícios da cidade e fortalecendo o exercício da cidadania.

Nesse contexto, a mobilização da comunidade e a participação ativa dos cidadãos tornam-se fundamentais para reivindicar esses direitos e lutar por um espaço urbano mais justo e igualitário. A efetividade das transformações propostas depende diretamente do comprometimento das autoridades locais, mas também da capacidade de articulação dos moradores para enfrentar as desigualdades sociais e espaciais que marcam o bairro, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

Essa participação cidadã não se limita apenas à formulação de demandas, mas deve envolver a criação de um diálogo contínuo entre os moradores e o poder público. Quando a comunidade se organiza em torno de objetivos comuns, fortalece-se o sentimento de pertencimento e de coletividade, o que favorece ações concretas para a melhoria das condições de vida. Assim, é imprescindível que as políticas públicas sejam construídas com a participação efetiva dos moradores, garantindo que suas necessidades reais sejam consideradas. A implementação de programas que priorizem a inclusão social, o acesso à educação de qualidade, a infraestrutura urbana e os serviços essenciais devem, portanto, ser tratadas como prioridade.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Andressa. 480 casas do Vila Mariana serão entregues sexta feira. **Prefeitura Municipal de Sinop**, 12 dez. 2012. Disponível em: <https://www.sinop.mt.gov.br/Noticias/480-casas-do-vila-mariana-serao-entregues-sexta-feira-2825/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

BRASIL. **Ministério das Cidades**. Conheça o programa Minha Casa, Minha Vida. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/conheca-o-programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 11 mai. 2025.

BELLO, Luiz; BRITTO, Vinícius. Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. **Agência de Notícias IBGE**. 2024, s/p. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>. Acesso em: 24 abr. 2025.

CASSILHA, Gilda A., CASSILHA, Simone A. **Planejamento urbano e meio ambiente**. - 1.ed., rev. - Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

Gomes, Luiz Flávio; CERVINI, Raúl. **Crime Organizado**: enfoques criminológicos jurídicos (Lei 9.034/1995) e Político Criminal. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 1997. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/5422/o-crime-organizado>. Acesso em: 30 mar. 2023.

GOUVEIA, Daniele da Silva Maia; SILVA, Alcina Maria Testa Braz da. A formação educacional na EJA: dilemas e representações sociais. **Revista Ensaio**, v.17, n. 3, p. 749-767, Belo Horizonte, 2015. ISSN 1983-2117. <https://doi.org/10.1590/1983-21172015170310>. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/epec/a/c6HXpsJSv3CYrMcPNrQMY9S/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 19 abril. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARICATO, Ermínia. **Para Entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. Política habitacional e segregação: o Estado reproduzindo as ações do mercado. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 4, 2013, p. 153-176. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Sara\\_Medeiros4/publication/276561159\\_Politica\\_habitacional\\_e\\_segregacao\\_o\\_o\\_Estado\\_reproduzindo\\_as\\_acoes\\_do\\_mercado/links/5a81850b458515ce6140af7d/Politica-habitacional-e-segregacao-o-Estadoreproduzindo-as-acoes-do-mercado.pdf/](https://www.researchgate.net/profile/Sara_Medeiros4/publication/276561159_Politica_habitacional_e_segregacao_o_o_Estado_reproduzindo_as_acoes_do_mercado/links/5a81850b458515ce6140af7d/Politica-habitacional-e-segregacao-o-Estadoreproduzindo-as-acoes-do-mercado.pdf/). Acesso em: 21 abr. 2025.

PANDOLFO, Caio Andrade. **A produção do espaço urbano e o discurso de uma nova centralidade pelos agentes produtores do espaço**: Parque São Pedro, Portage Shopping e o empreendimento Vivea (Rio Grande - RS). Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Rio Grande, 2018.

RUBIN, Graziela Rossato; BOLFE, Sandra Ana. O desenvolvimento da habitação social do Brasil. **Revista ciência e natureza**. v. 36, n. 2, p. 201-213, maio/agosto, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/viewFile/11637/pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1996.

SALGUEIRO, Tereza Barata, Cidade Pós-Moderna: Espaço Fragmentado, **Revista Território**, ano, 111, nº 4, jan/jun. p. 39-53, 1998. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/51754885/cidade-pos-moderna-teresa-b-salgueiro>. Acesso em: 21 abr. 2025.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.

VILLAÇA, Flávio. A Segregação urbana e a justiça (ou a justiça no injusto espaço urbano). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, ano 11, n. 44, p.341-346, jul/set. 2003. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/Gabrieldibernardi/villaa>. Acesso: 17 ago. 2021.